

**PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO Nº 26 -
DF (2019/0081543-6) (f)**

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
REQUERENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
REQUERIDO : **EM APURAÇÃO**
ADVOGADOS : **ANDRÉ LUÍS CALLEGARI - RS026663**
 JOÃO DANIEL JACOBINA BRANDÃO DE CARVALHO -
 BA022113
ADVOGADOS : **MARÍLIA ARAUJO FONTENELE DE CARVALHO - DF043260**
 ARIEL BARAZZETTI WEBER - RS088859
 Daniela Scariot - RS110864
 CAROLINNA GETRO DE CARVALHO AGUIAR - DF060100

DECISÃO

Vistos, etc.

Os advogados dos investigados JÚLIO CÉSAR CAVALCANTI FERREIRA e MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO peticionam requerendo acesso integral aos autos do QuebSig nº 26-DF.

A Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal prescreve: "*É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.*".

A regra, portanto, é que os investigados devem ter pleno acesso aos autos das investigações que tramitam contra si, exceto quando esse acesso seja capaz de frustrar medida sigilosa em curso ou a ser implementada no interesse da investigação.

A Segunda Turma do STF tem o seguinte precedente sobre o tema:

Há, é verdade, diligências que devem ser sigilosas, sob risco de comprometimento do seu bom sucesso. Mas, se o sigilo é aí necessário à apuração e à atividade instrutória, a formalização documental de seu resultado já não pode ser subtraída ao indiciado nem ao defensor, porque, é óbvio, cessou a causa mesma do sigilo. (...) Os atos de instrução, enquanto documentação dos elementos retóricos colhidos na investigação, esses devem estar acessíveis ao indiciado e ao defensor, à luz da Constituição da República, que garante à classe dos acusados, na qual não deixam de situar-se o indiciado e o investigado mesmo, o direito de defesa. O sigilo aqui, atingindo a defesa, frustra-lhe, por conseguinte, o exercício. (...) 5. Por outro lado, o instrumento disponível para assegurar a intimidade dos investigados (...) não figura título jurídico para limitar a defesa nem a publicidade, enquanto direitos do acusado. E invocar a intimidade dos demais investigados, para

impedir o acesso aos autos, importa restrição ao direito de cada um dos envolvidos, pela razão manifesta de que os impede a todos de conhecer o que, documentalmente, lhes seja contrário. Por isso, a autoridade que investiga deve, mediante expedientes adequados, aparelhar-se para permitir que a defesa de cada paciente tenha acesso, pelo menos, ao que diga respeito a seu constituinte.

(HC 88.190, voto do rel. min. Cezar Peluso, 2ª T, j. 29-8-2006, DJ de 6-10-2006.)

Posto isto, defiro o pedido de acesso e cópia dos elementos de prova já documentados nos autos do INQ nº 1258-DF, do PBAC nº 10-DF, da PET nº 12659-DF, da QuebSig nº 25 e da QuebSig nº 26, aos requerentes JÚLIO CÉSAR CAVALCANTI FERREIRA e MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO, cabendo ao investigado ou à sua respectiva defesa os custos correspondentes a eventuais cópias que venham a obter. Deve a Coordenadoria da Corte Especial zelar para que não seja quebrado o sigilo sobre os documentos fiscais, bancários, e sobre as gravações atinentes ao monitoramento telefônico de terceiros, pois, nesse caso, o acesso será restrito às partes atingidas.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se COM URGÊNCIA.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO OG FERNANDES
Relator